

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIELA CARDOSO PRADO

**ESCOLHAS CONTÁBEIS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS
FLUXOS DE CAIXA: uma influência das características das empresas listadas na
BM&FBOVESPA com ações listadas na NYSE**

UBERLÂNDIA
NOVEMBRO DE 2017

GABRIELA CARDOSO PRADO

**ESCOLHAS CONTÁBEIS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS
FLUXOS DE CAIXA: uma influência das características das empresas listadas na
BM&FBOVESPA com ações listadas na NYSE**

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Reiner Alves Botinha

**UBERLÂNDIA
NOVEMBRO DE 2017**

RESUMO

O objetivo principal da pesquisa foi identificar como as empresas brasileiras, com ações negociadas na BM&FBOVESPA e na New York Stock Exchange (NYSE), reconheceram os juros financeiros, dividendos e juros sobre capital próprio nas Demonstrações de Fluxo de Caixa arquivadas nos respectivos países, diante das escolhas permitidas pelas IFRS. Observou-se uma amostra de 76 empresas, na qual foram excluídas empresas não pertencentes ao setor financeiro. Os dados foram extraídos das Demonstrações Financeiras Padronizadas pelo sítio eletrônico da BM&FBOVESPA. Durante a coleta de dados, foram analisados como os juros pagos e recebidos, os dividendos pagos e recebidos, e os juros sobre capital próprio pagos e recebidos haviam sido classificados. A análise foi realizada com dados referentes ao ano de 2016, por serem mais recentes e representativos da atualidade. Como principal resultado, foi observado que boa parte das empresas fazem uma classificação alternativa à recomendação do CPC, o que não é explicado por meio de características de rentabilidade, tamanho e endividamento da empresa, comprovado pelo teste de correlação de hipóteses.

Palavras-chave: Escolhas Contábeis. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Transparência.

ABSTRACT

The main objective of the research was to identify how the Brazilian companies with shares traded on the BM & FBOVESPA and the NYSE recognized the financial interests, dividends and interest on own capital in the Statements of Cash Flow filed in the respective countries, in view of the choices allowed by the IFRS. A sample of 76 companies was observed, excluding companies not belonging to the financial sector. The data was taken from the International Financial Reporting Standards on the BM&FBOVESPA. During the data collection, we analyzed where the interest paid and received, the dividends paid and received and the interest on capital paid and received had been classified. The analysis was performed with data referring to the year 2016, selected for being more recent and representative of the present time. As main results, it was observed that most companies make an alternative classification to the CPC recommendation, which is not explained by the characteristics of profitability, size and indebtedness of the company, as evidenced by the hypothesis correlation test.

Keywords: *Accounting Choices. Statement of Cash Flows. Transparency.*

1 INTRODUÇÃO

As normas brasileiras de contabilidade passaram por um processo de convergência para que se ajustassem às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, *International Accounting Standards Board*). As normas internacionais trouxeram muitas escolhas contábeis (como por exemplo a escolha da utilização do valor justo ou custo histórico para a mensuração de alguns ativos) e, de acordo com elas, os profissionais contábeis são direcionados a agir conforme o subjetivismo responsável, mas há casos em que os profissionais optam por utilizar uma metodologia que não foi direcionada pelos órgãos reguladores, e isso pode trazer um impacto negativo para a tomada de decisões.

Dentre as mudanças que ajustaram as normas brasileiras de contabilidade, uma delas foi o surgimento da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). Para orientar a elaboração dessa demonstração, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em correlação a IAS 7 do IASB, aprovou o Pronunciamento Técnico 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixa de uma entidade geram informações que são importantes para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, e suas necessidades de liquidez (NBC T 3.8, item 5, 2008).

No entanto, no escopo da norma sobre DFC existem escolhas contábeis na classificação dos juros financeiros (pagos e recebidos), juros sobre o capital próprio e dividendos (pagos e recebidos) nos fluxos de caixa por atividades. Os juros pagos e recebidos, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos poderiam ser classificados como fluxos de caixa operacionais ou de investimentos, porém é recomendado pelo CPC a classificação como operacional.

Sob outra perspectiva, os juros pagos podem, alternativamente, ser classificados nos fluxos de financiamentos ou operacionais, mas também se recomenda a classificação em operacional. Por outro lado, há o incentivo para classificar os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos como atividade de financiamento, embora possam ser classificados como operacional ou financiamentos. Portanto, de um lado existem as escolhas contábeis e de outro existem recomendações tácitas dos órgãos reguladores e normatizadores.

Como as demais as demais demonstrações contábeis, a DFC é utilizada como suporte na administração da empresa, por meio de indicadores financeiros (BRAGA; MARQUES,

2001). Através da análise desses indicadores obtêm-se informações relevantes da empresa, como a capacidade que ela tem de cumprir com todas as suas dívidas, ou até mensurar o valor da empresa fundamentado em fluxos de caixa futuros. Sabendo-se que os índices muitas vezes não utilizam a variação total do caixa, mas apenas um dos fluxos (como o fluxo de caixa operacional), sua classificação divergente da recomendação do CPC pode impactar em tais análises.

Procura-se, por meio desse estudo, identificar como as empresas brasileiras, com ações listadas na BM&FBOVESPA e cotadas na New York Stock Exchange (NYSE), reconhecem as referidas transações nas Demonstrações de Fluxo de Caixa arquivadas nos respectivos países, diante das escolhas permitidas pelas IFRS.

A análise das empresas brasileiras que possuem ações negociadas na NYSE, por meio do American Depositary Receipt (ADR), se justifica no fato de que tais empresas ampliam a qualidade e o grau de transparência informacional em busca do atendimento das exigências dos órgãos receptores dos relatórios contábeis – no caso da NYSE seria a *Securities and Exchange Commission* (SEC) (REZENDE; ALMEIDA, LEMES, 2015). Inclusive, antes da SEC permitir que as empresas emissoras de ADR publicassem seus relatórios de acordo com as IFRS, exigia-se a adequação às United States Generally Accepted Accounting Principles (USGAAP), emitidos pelo Financial Accounting Standards Board (FASB) (LIMA et al., 2008).

Sabendo-se que as IFRS emitem as normas com as escolhas contábeis, e que o CPC, similarmente ao FASB (STICKNEY; WEIL, 2012), encoraja um direcionamento para tais escolhas, e que há o incentivo às emissoras de ADR para ampliar a qualidade e transparência informacional, buscou-se analisar as empresas brasileiras elencadas na BM&FBOVESPA com emissão de ADR na NYSE, com vistas à verificar se de fato elas apresentam elevado grau de transparência e atendimento às recomendações do CPC (com direcionamentos quanto às escolhas correlatas ao FASB).

As principais contribuições deste estudo são: oferecer um maior entendimento sobre as fundamentações discutidas e sobre as escolhas contábeis quanto a classificação de juros financeiros, dividendos e juros sobre capital próprio na DFC, partindo das orientações emitidas pelo CPC baseadas nas IFRS; e estudar tais escolhas contábeis diante de múltiplos fatores determinantes e consequências econômicas dessas escolhas contábeis.

Este trabalho foi composto por quatro seções além desta. Na próxima seção, é apresentada a base teórica que fundamentará a pesquisa, em que são definidos os juros financeiros, os dividendos e os juros sobre capital próprio dentro do processo de convergência às IFRS em cumprimento ao CPC. Posteriormente, são descritos os procedimentos

metodológicos. Na seção quatro, foi exposto o desenho da pesquisa adotado neste estudo. Na sequência, procedeu-se a análise de resultados, e na seção cinco, com o tratamento dos dados, a estatística descritiva aplicada no estudo. Na última seção, foram feitas as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde que foi fundado em 1973, o IASB tem manifestado esforços para tornar a contabilidade uma linguagem universal (SCHERER et al., 2012), de modo que os países que são adeptos às suas normas apresentem seus relatórios com base em um conjunto de normas contábeis de alta qualidade para uso em todo o mundo.

A IAS 7, emitida pelo IASB em dezembro de 1992, exige que a entidade apresente a DFC como parte integrante de suas demonstrações financeiras. O CPC 03 (2008), pronunciamento técnico que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa, revisado em 2010, com as mesmas instruções da IAS 7, em função da convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, teve início com a promulgação da Lei nº 11.638/2007.

Dentre as demonstrações que eram exigidas pela Lei 6.404/76 das Sociedades por ações, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) foi substituída pela DFC advinda da Lei 11.638/07, sendo exigida para todas as companhias de capital aberto e para as companhias fechadas com patrimônio líquido superior a 2 milhões de reais (MARTINS et al., 2013).

A DFC é um relatório utilizado para verificar as mutações no campo financeiro do caixa da entidade e constitui-se na representação das entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa, segmentadas por fluxos de atividades operacionais, de investimento e financiamento. Destarte, devido à sua importância, a escolha por uma forma de evidenciação em detrimento de outra, pode acarretar diferentes representações informacionais, impactando na relevância das informações.

Seguindo a linha de pensamento de Silva, Martins e Lemes (2016), o ambiente interno e o ambiente externo das organizações são fatores deliberativos para as escolhas contábeis. Entende-se, a partir desse pensamento, que as escolhas contábeis abrangem a disposição de gestores e subjetivismo responsável.

As orientações contábeis emitidas pelo CPC no Brasil encorajam fortemente que as empresas sigam uma metodologia específica, porém não as impedem de classificar de outra forma. O CPC orienta que as empresas classifiquem juros pagos como atividade operacional, mas outra alternativa seria classificar como atividade de financiamento. Quanto aos juros recebidos, o CPC incentiva a serem classificados como atividade operacional, e alternativamente como atividade de investimento. Os juros sobre capital próprio pagos são influenciados pelo CPC a serem classificados como atividade de financiamento, sendo que a alternativa seria atividade operacional. Em relação aos juros sobre capital próprio recebidos, o CPC encoraja classifica-los como atividade operacional, e a alternativa seria a atividade de investimento (NBC T 3.8, item 36, 2008). Tais escolhas podem ser observadas por meio do Quadro 1.

Quadro 1 – Principais escolhas permitidas pelo CPC 03 e recomendações

Item de escolha contábil	Escolhas permitidas	Recomendação do CPC
Juros pagos	Podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais , porque entram na determinação do lucro líquido ou prejuízo, ou podem ser classificados como fluxos de caixa de financiamento por serem custos de obtenção de recursos financeiros (CPC 03, item 33).	O CPC encoraja fortemente as entidades a classificarem os juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais (CPC 03, item 34A).
Juros recebidos	Podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais , porque entram na determinação do lucro líquido ou prejuízo, ou podem ser classificados como fluxos de caixa de investimento por serem retornos sobre investimentos (CPC 03, item 33).	O CPC encoraja fortemente as entidades a classificarem os juros recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais (CPC 03, item 34A).
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	Podem ser classificados como fluxo de caixa de financiamento como custos da obtenção de recursos financeiros, ou como fluxos de caixa das atividades operacionais para demonstrar a capacidade da entidade em pagar dividendos e juros sobre o capital próprio utilizando os fluxos de caixa operacionais (CPC 03, item 34).	O CPC encoraja fortemente as entidades a classificarem os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento (CPC 03, item 34A).
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	Podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais , porque entram na determinação do lucro líquido ou prejuízo, ou podem ser classificados como fluxos de caixa de investimento por serem retornos sobre investimentos (CPC 03, item 33).	O CPC encoraja fortemente as entidades a classificarem os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais (CPC 03, item 34A).

Fonte: Silva e Botinha (2017).

De acordo com Silvestre e Malaquias (2015), a subjetividade de informações referentes às escolhas contábeis na DFC é um fator que contribui negativamente na comparação com as demonstrações de outras empresas, podendo interferir na estrutura de cada grupo da DFC, sendo

os fluxos de caixa operacional, investimento ou financiamento variantes importantes para investidores.

Almeida (2000) diz que, operacionalmente, o fluxo de caixa é a atividade monetária da empresa e também pode ser exposto como uma técnica de trajetória circular, utilizando o caixa para suprir outras áreas da empresa a fim de produzir bens ou serviços destinados ao mercado e recebimento de consumidores. Todas as contas referentes à caixa e equivalentes de caixa de uma organização são evidenciadas de forma dinâmica na DFC (BORINELLI; PIMENTEL, 2010).

Martins e Costa Neto (1998) afirmam que um sistema de indicadores de desempenho é um meio pelo qual as organizações podem medir o desempenho de forma mais coerente e abrangente quando da adoção da gestão pela qualidade total. Um indicador financeiro representa a relação entre contas ou um grupo de contas contábeis que evidenciam a situação financeira da organização. Segundo Almeida (2000), uma das consequências resultante do progresso da contabilidade nos últimos tempos foi a adoção de indicadores para análise das demonstrações contábeis.

É importante ressaltar que as escolhas contábeis afetam diretamente a tomada de decisões devido à forma de mensuração dos ativos na contabilidade. De acordo com Silva, Martins e Lemes (2016), a uniformidade das políticas contábeis não significa, necessariamente, a representação fidedigna da situação econômica das empresas, chocando, então, a qualidade das informações prestadas.

Existem pesquisas que buscam explicar as divergências entre as escolhas contábeis das empresas. Watts e Zimmerman (1986) buscam explicitar e prever as escolhas contábeis por meio de hipóteses que se baseiam na perspectiva oportunística, ou seja, de que tais escolhas podem ter sido realizadas com base nos interesses pessoais dos elaboradores.

Nessa perspectiva, Watts e Zimmerman (1986) levantaram três hipóteses: (a) a hipótese do plano de incentivo (*the bonus plan hypothesis*); (b) a hipótese do grau de endividamento (*the debt covenant hypothesis*); e (c) a hipótese do tamanho ou dos custos políticos (*the political cost hypothesis*). Nesse sentido espera-se que a rentabilidade, o endividamento e o tamanho da empresa possam exercer influências no momento das escolhas de fluxos de caixa, buscando favorecer de alguma forma os interesses dos gestores.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa considerou a tipologia descritiva quanto aos objetivos, que, segundo Gil (2002), busca descrever as características de determinado fenômeno ou população ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis. Dessa forma, é necessário o uso desta tipologia metodológica, já que, diante dos objetivos do trabalho, serão descritas e observadas as características das empresas amostrais, do mesmo modo que serão realizadas associações entre variáveis resultantes de suas atividades.

A coleta de dados ocorreu por meio de coleta documental nos relatórios contábeis das empresas com base em dados secundários, para a identificação da evidenciação quanto aos juros financeiros, dividendos e juros sobre capital próprio. Assim, a presente pesquisa é classificada como documental, realizada por meio de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, podendo organizar dados dispersos, porém importantes como fonte de pesquisa (BEUREN, 2008).

No que concerne à abordagem metodológica, o presente estudo é classificado como quantitativo, podendo também ser classificado como qualitativo visto que foram analisadas qualitativamente informações divulgadas em notas explicativas publicadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas referente a 2016. Segundo Beuren (2008, p. 93), “a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos”.

Para que fosse possível a comparação dos critérios de classificação dos juros e dos dividendos nas demonstrações das empresas brasileiras de capital aberto listadas na NYSE, foram selecionadas somente empresas listadas respectivamente na BM&FBOVESPA. A seleção da amostra é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Seleção da amostra de empresas

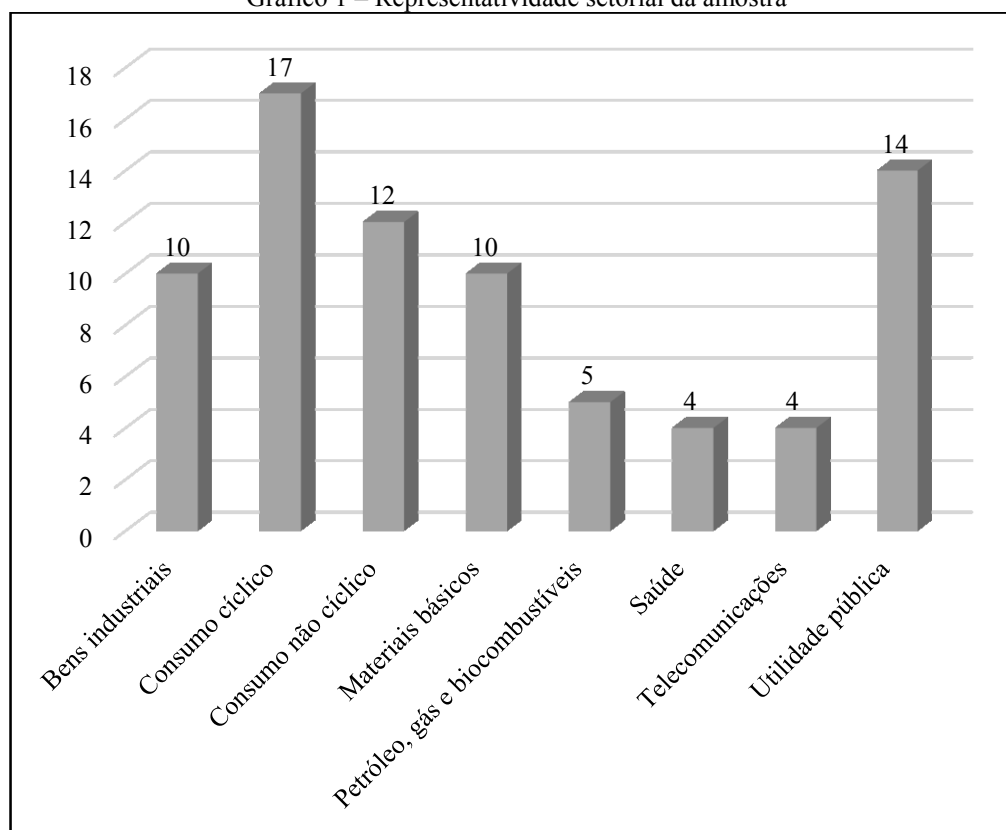
ETAPAS DE SELEÇÃO DAS EMPRESAS AMOSTRAIS	
Número de empresas listadas na CVM nos programas de DR nos EUA	124
(-) N° de empresas excluídas por não estarem listadas na BM&FBOVESPA	-17
(-) N° de empresas excluídas por possuírem repetições na listagem	-21
(-) N° de empresas excluídas por pertencerem ao setor financeiro	-10
Total de empresas da amostra	76

Fonte: elaborado pela autora.

Apenas empresas não financeiras fizeram parte do estudo, uma vez que as empresas financeiras usualmente classificam os juros e dividendos como operacionais, por constituírem o próprio negócio deste tipo de empresa.

Para determinar a amostra da pesquisa foram excluídas 21 empresas por possuírem repetições na listagem, 17 empresas por não estarem listadas na BM&FBOVESPA, e 10 empresas por pertencerem ao setor financeiro. Com isso, a amostra foi composta por 76 empresas e o Gráfico 1 ilustra a representatividade da amostra por setor.

Gráfico 1 – Representatividade setorial da amostra



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme o Gráfico 1 apresentado, setor que mais representou a composição da amostra foi o de consumo cíclico, e os menos representativos para a composição da amostra foram o de saúde e de telecomunicações.

Após a composição da amostra de empresas, ocorreu a coleta dos relatórios. Dessa forma, foram analisadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas referentes a 2016, nas quais foram coletados os dados das escolhas contábeis referentes aos juros, dividendos e juros sobre capital próprio (recebidos e pagos), dentro da DFC, extraídos do sítio eletrônico da BM&FBOVESPA. O período de 2016 foi escolhido por apresentar os dados do último ano disponível no momento da coleta dos dados, possibilitado assim a observação das escolhas mais

recentes das empresas. Dessa forma, as variáveis utilizadas no estudo são resumidas no Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis analisados no estudo

Variável-Sigla	Descrição	Métrica
Escolha Contábil – EC	Indica se os juros pagos e juros recebidos, dividendos pagos e recebidos, juros sobre o capital próprio pago e recebidos foram reconhecidos nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos ou Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos.	FCO, FCI ou FCF
Rentabilidade-RENT	Indica o grau de rentabilidade da empresa.	Relação entre Lucro Operacional Líquido (ajustado) e Patrimônio Líquido Médio
Endividamento-ENDIV	Indica o grau de endividamento da empresa.	Total das dívidas/Patrimônio Líquido
Tamanho-TAM	Indica o tamanho da empresa medido pelo ativo total.	Logaritmo neperiano do Ativo Total.
Sector – SET	Sector de atividade da empresa conforme classificação da BM&FBOVESPA.	Dummy por sector: 1 = Bens Industriais; 2 = Consumo Cíclico; 3 = Consumo não Cíclico; 4 = Materiais básicos; 5 = Petróleo, gás e biocombustíveis; 6 = Saúde; 7 = Telecomunicações; 8 = Utilidade Pública.

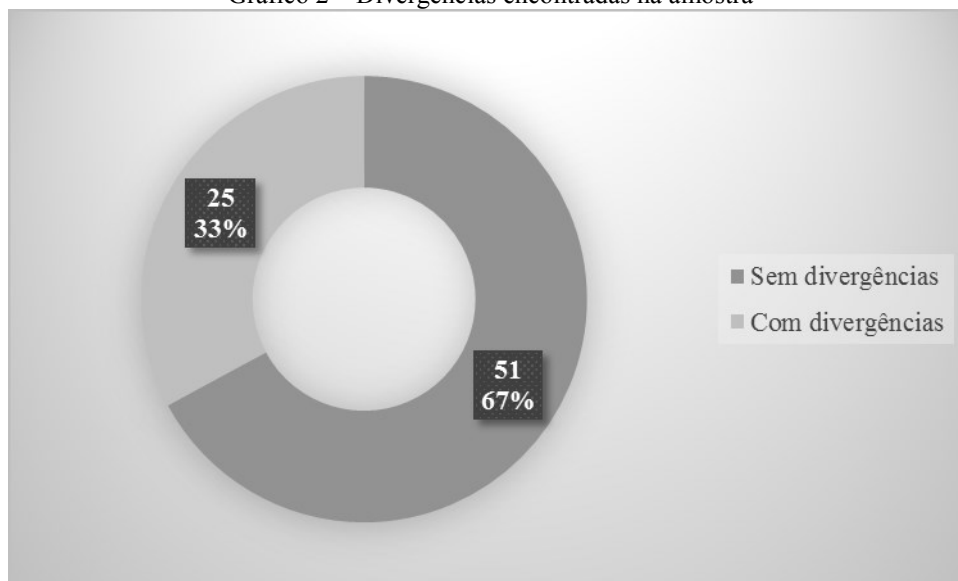
Fonte: elaborado pela autora.

Após a apresentação do Quadro 2 que exhibe as variáveis que irão compor a análise, na seção seguinte foram arrolados os resultados encontrados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após levantar as informações por meio de relatórios contábeis, foram analisadas quantas empresas divergiam da recomendação do CPC, somando um total de 24 empresas divergentes da recomendação (31,6% da amostra). Por terem ações negociadas no maior mercado de ações dos Estados Unidos, tendo assim, maior exigência na transparência das informações e *compliance* com as normas, era esperado um menor número de divergências na classificação das transações com a norma. O Gráfico 2 apresenta o comportamento das divergências apresentadas pelas empresas amostrais.

Gráfico 2 – Divergências encontradas na amostra

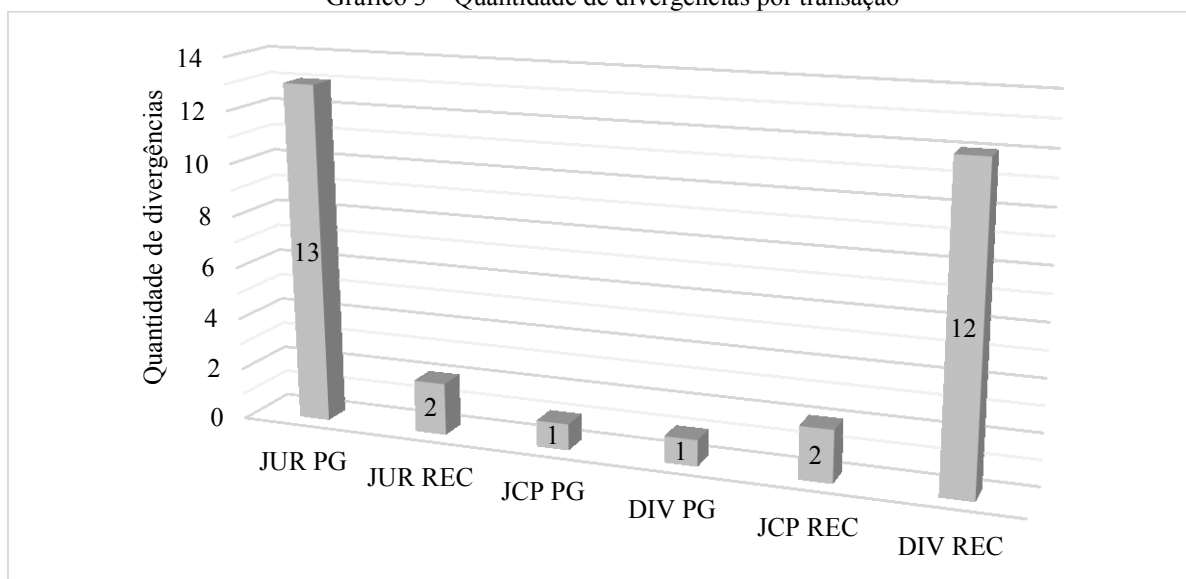


Fonte: elaborado pela autora.

Observa-se no Gráfico 2 que 33% das empresas da amostra indicaram divergências na escolha feita em relação à recomendação feita pelo CPC. Posterior a isso, foram analisadas as publicações dos relatórios no sítio eletrônico da SEC (Comissão de Valores Mobiliários, norte americana), no formulário 20-f, e não foram encontradas divergências das escolhas contábeis realizadas entre os relatórios das empresas publicados na BM&FBOVESPA e os relatórios publicados no formulário 20-f da SEC.

Embora a SEC seja dos EUA e ainda esteja sob jurisdição do FASB, é aceito que empresas de outros países (incluindo empresas do Brasil) publiquem seus relatórios na SEC de acordo com as IFRS e não de acordo com o FASB. Além disso, as recomendações do FASB convergem com as do CPC ao indicar que as empresas façam o registro das atividades que são apresentadas na DRE nos fluxos de atividades operacionais e demais atividades nos respectivos fluxos alternativos.

Gráfico 3 – Quantidade de divergências por transação



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme ilustra o Gráfico 3, foram encontradas 31 classificações divergentes da norma, sendo 13 classificações de juros pagos como financiamento, 2 juros recebidos como investimento, 12 dividendos recebidos como investimento, 1 dividendo pago como operacional, 1 juro sobre capital próprio pago como operacional, e 2 juros sobre capital próprio recebidos como investimento. Mesmo contando que houve algumas divergências, as escolhas que foram mais convergentes com a norma foram juros recebidos, dividendos pagos, e juros sobre capital próprio pagos e recebidos. O Quadro 3 a seguir mostra as divergências.

Quadro 3 – Natureza das divergências

Transação	Quantidade de divergências	Divergência
Juros pagos	13	FLC Financiamentos
Juros recebidos	2	FLC Investimentos
Dividendos recebidos	12	FLC Investimentos
Dividendos pagos	1	FLC Operacionais
Juros s/ capital próprio pagos	1	FLC Operacionais
Juros s/ capital próprio recebidos	2	FLC Investimentos

Fonte: elaborado pela autora.

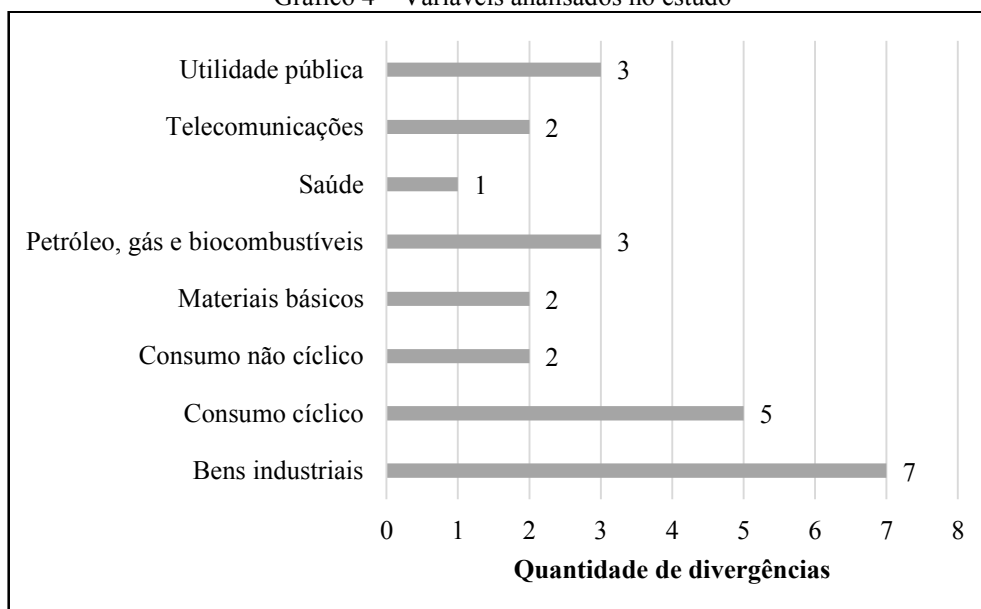
Em relação às escolhas contábeis, verificou-se que as empresas que apresentaram classificações divergentes seguiam o método alternativo permitido pelas IFRS, ou seja, ainda de acordo com as IFRS, entretanto fora das recomendações do CPC.

A maior percepção de divergência da classificação dos juros pagos em relação à recomendação do CPC pode corroborar o estudo de Maciel (2015), o qual afirma ser esse o

componente que aumenta o valor do fluxo de caixa operacional, caso não seja seguida a classificação encorajada pelo CPC 03. Considerando a importância do fluxo de caixa operacional para a tomada de decisões dos gestores, estes podem ter fortes incentivos para utilizar as escolhas a fim de evidenciar maior saldo de fluxos de caixa operacional em suas declarações de fluxos de caixa, ou seja, as empresas provavelmente tenderão a divulgar FCO mais altos para fornecer percepções positivas sobre o valor da empresa para o mercado por meio de seus fluxos de caixa (BAIK et al., 2016).

Uma justificativa para os dividendos recebidos serem classificados como investimentos pode ser a preferência por classifica-los junto com os próprios investimentos realizados, como forma de remuneração sobre o valor aplicado, conforme exposto pelo próprio IASB ao possibilitar a escolha entre operacional e investimentos.

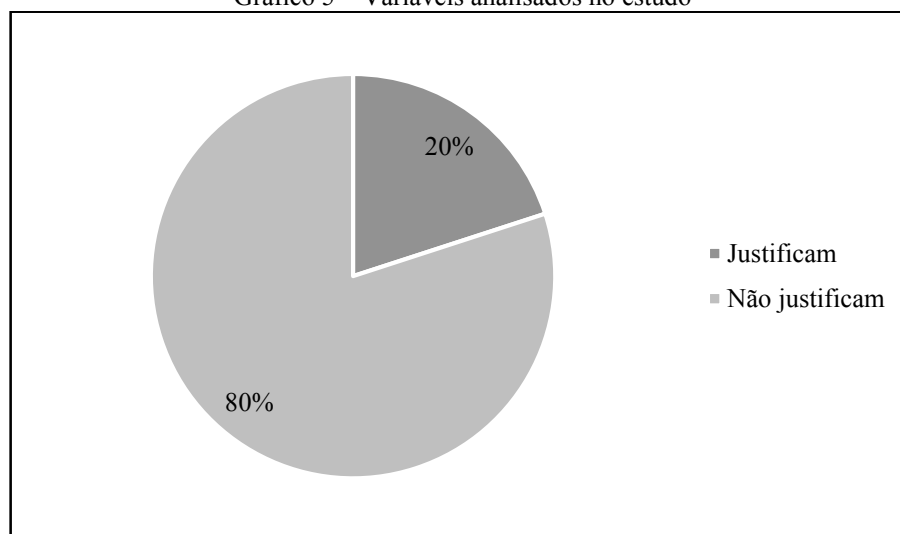
Gráfico 4 – Variáveis analisadas no estudo



Fonte: elaborado pela autora.

Por meio do Gráfico 4, observa-se que dentre os setores das empresas analisadas, o que mais apresentou divergência das escolhas foi o de Bens industriais, seguido de Consumo cíclico, no entanto não foram encontrados resultados que explicassem esse comportamento específico para o setor. Outro ponto analisado foi se as empresas que apresentaram divergências justificavam o motivo de tais divergências e esse comportamento é apresentado por meio do Gráfico 5.

Gráfico 5 – Variáveis analisados no estudo



Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o CPC, é necessário que sempre que a empresa faça a escolha de uma política contábil no reconhecimento das transações reconhecidas na DFC, sendo esta divergente do que foi recomendado no texto do referido CPC, ela divulgue em nota explicativa os motivos da escolha alternativa. Das empresas em estudo que tiveram divergências com o CPC nas escolhas apresentadas, apenas 20% delas divulgaram em nota explicativa um texto referente. De forma complementar, ainda que estas tenham feito a divulgação, ela foi apenas um reforço acerca do que foi feito de divergente (indicação da escolha realizada), mas não apresentaram justificativas por ter procedido de forma divergente.

Quadro 4 – Teste de correlação das hipóteses oportunísticas

	Rentabilidade (ROE)	Tamanho (Ativo total)	Endividamento (Passivo/PL)
Coefficiente de correlação	-0.0736	0.0167	-0,0701
Significância estatística	0.5359	0.8882	0.5498

Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, testou-se a correlação entre o fato de a empresa apresentar divergência ou não com as recomendações do CPC (conforme exibido no Quadro 4) e as características de rentabilidade, tamanho e endividamento a fim de verificar se as divergências apresentadas poderiam ser explicadas por algum problema relacionado a tais indicadores. Porém, não houve significância estatística em nenhuma das relações (todos os *p-value* maiores do que 0,05), logo, as escolhas realizadas pelas empresas da amostra parecem não ter relações com tais características.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a adoção das IFRS e a Lei 11.638/07, muitas empresas passaram a buscar uma melhor evidenciação das informações contábeis, apresentando as demonstrações financeiras com maior clareza e confiabilidade. Dessa maneira, buscaram-se estudos com o intuito de identificar a confiabilidade das informações contábeis publicadas. O principal objetivo dessa pesquisa foi identificar como as empresas brasileiras com ações negociadas na BM&FBOVESPA e na NYSE reconheceram os juros financeiros, dividendos e juros sobre capital próprio nas Demonstrações de Fluxo de Caixa arquivadas nos respectivos países, diante das escolhas permitidas pelas IFRS.

Conforme o estudo apresentou, dentre as 76 empresas analisadas da amostra, a maior parte reconheceu as classificações de acordo com a recomendação do CPC, contudo, em uma parte significativa da amostra houve divergências que não eram esperadas, pois as empresas são listadas na bolsa de valores mais influente do mundo, exigindo maior confiabilidade das informações prestadas. Nota-se que as empresas divergentes não fugiram da alternativa de classificação.

De todas as empresas que apresentaram divergências (vinte e cinco empresas), somente uma pequena parte (cinco empresas) informou em notas explicativas a classificação de forma alternativa, porém, a maioria (vinte empresas) das que informaram não justificaram a decisão tomada.

Em relação à correlação testada, não houve significância estatística para a correlação entre o fato de a empresa apresentar divergência ou não com as recomendações do CPC e as respectivas características de rentabilidade, tamanho e endividamento.

Assim, faz-se útil salientar a importância desse estudo, de forma que, constatou-se que mesmo o CPC emitindo uma orientação, 33% das empresas não a seguem. Conforme se observou neste estudo, os maiores números de divergências são em juros pagos e dividendos recebidos, e o número de empresas que se beneficiaram pela classificação dos juros pagos no financiamento foi pouco maior que o número das que prejudicaram seu fluxo de caixa operacional pela classificação dos dividendos recebidos em investimento.

Sugere-se como tema para pesquisas futuras um estudo com o intuito de verificar o motivo pelo qual as empresas classificam as escolhas de forma alternativa se o CPC as encoraja

de forma diferente. Como esta pesquisa optou por identificar apenas as demonstrações do ano de 2016, existe a oportunidade de novas pesquisas serem realizadas com o objetivo de verificar se a classificação adotada pelas empresas é uniforme em anos passados, e se os resultados permaneceram coerentes aos encontrados neste estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 3, n. 2, p. 105-144, 2000.

BAIK, B.; CHO, H.; CHOI, W.; LEE, K. Who classifies interest payments as financing activities? An analysis of classification shifting in the statement of cash flows at the adoption of IFRS. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 35, n. 4, jul./aug., p. 331-351, 2016.

BEUREN, I. M. (Org.) e outros. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BM&BOVESPA). **Empresas listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/> Acesso em: dezembro, 2017.

BORINELLI, M. L; PIMENTEL, R. C. **Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e outros profissionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRAGA, R; MARQUES, J. A. V. C. Avaliação da liquidez das empresas através da análise da Demonstração de Fluxos de Caixa. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**, São Paulo, FIPECAFI, v.14, n. 25, p. 6-23, jan/abr. 2001.

BRASIL. **Lei nº. 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CPC. **CPC 03: Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CFC. **NBC T 3.8: Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 14 jun. 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, G. A. S. F.; YAMAMOTO, M. M.; LIMA, I. S.; MALACRIDA, M. J. C. Um estudo da eficiência informacional do mercado acionário brasileiro. **Revista de Informação Contábil**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2008.

MACIEL, F. F. S. **Escolhas contábeis na Demonstração dos Fluxos de Caixa no contexto do mercado de capitais brasileiro**. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. de. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, R. A; COSTA NETO, P. L. O. Indicadores de desempenho para a gestão pela qualidade total: uma proposta de sistematização. **Gestão e Produção**, v.5, n.3, p. 298-311, dez. 1998.

REZENDE, C.; V.; ALMEIDA, N. S.; LEMES, S. Impacto das IFRS na assimetria de informação evidenciada no mercado de capitais brasileiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 24, p. 18-30, 2015.

SCHERER, L. M.; TEODORO, J. D.; KOS, S. R.; ANJOS, R. P. Demonstração dos Fluxos de Caixa: análise de diferenças de procedimentos de divulgação entre empresas listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Frankfurt, Milão e Londres. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 2, pp. 37-51, 2012.

SILVA, D. M.; MARTINS, V. A.; LEMES, S. Escolhas contábeis: reflexões para pesquisa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, ISSN 2175-8069, UFSC, Florianópolis, v.13, n. 29, p. 129-156, mai. /ago. 2016.

SILVA, M. F.; BOTINHA, R. A. Escolhas Contábeis no Fluxo de Caixa: uma análise dos impactos na informação contábil e na tomada de decisões. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 14, 26 a 28 de Julho de 2017, USP, São Paulo, SP. **Anais...** Congresso USP, São Paulo, 2017.

SILVESTRE, L. N.; MALAQUIAS, R. F. Classificação dos juros e dividendos na Demonstração dos Fluxos de Caixa das empresas brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Vol. 7. n. 2, p.119-134, jul./dez. 2015.

STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L. **Contabilidade financeira**: introdução aos conceitos, métodos e aplicações. Revisão técnica de José Nicolás Albuja Salazar. São Paulo: Cengage Learning, p. 156, 2012.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. – **Positive accounting theory**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1986.